



Mulheres cobram políticas estruturais

O **Correio** ouviu eleitoras e especialistas sobre possíveis soluções e caminhos para que as pautas femininas sejam priorizadas no processo decisório da política. Elas são 54% do público que vota no Distrito Federal

» MILA FERREIRA

"Nã há democracia sem a plena participação das mulheres". A frase da líder do movimento sufragista no Brasil, Bertha Luz, reflete uma necessidade sentida pelas mulheres até os dias atuais: maior atenção às pautas de gênero por parte dos governantes e mais participação nos processos decisórios. No Distrito Federal, dos 2.194.627 eleitores, 54% são mulheres. O percentual é maior do que o registrado ao considerar o eleitorado total no Brasil (52%).

De acordo com a cientista política e doutora em sociologia Mônica Ribeiro, as mulheres esperam o reconhecimento como parte central da política pública. "E isso exige menos improvisto e mais planejamento e orçamento estrutural com cuidado, autonomia e igualdade. Isso é critério de justiça e inteligência administrativa, afinal, somos maioria da população", avaliou. "É preciso reconhecer a economia do cuidado como ponto central para reduzir desigualdades", sugeriu.

A cientista política da Universidade de Brasília (UnB) Teresa Starling também destacou a importância da implementação de políticas estruturais em vez de emergenciais. "Estou falando de prevenção, orçamento, assistência social, educação, autonomia econômica, rede de proteção, saúde e continuidade institucional. A vida das mulheres precisa entrar no planejamento da política pública, e não só na etapa final da execução ou da punição", ressaltou.

"Creches e outros serviços que permitam que a mulher viva, estude e trabalhe com mais tranquilidade também são política para enfrentar desigualdade e violência, porque a sobrecarga do cuidado empurra muitas mulheres para dependência, exaustão e vulnerabilidade. E isso precisa ser pensado de forma regionalizada. A realidade da mulher no Plano Piloto não é a mesma da Ceilândia, de São Sebastião ou das áreas rurais. O DF é profundamente desigual; então, não existe política séria para mulheres sem olhar para o território", enfatizou Teresa.

Mais presença

A presença de mais mulheres nos espaços de poder é vista por especialistas como um caminho para que as pautas femininas sejam mais priorizadas. "Vivência muda prioridade, muda a forma de fazer política e muda até a forma como esses problemas são percebidos. Muda a escuta, muda a urgência. Então, é muito importante que as mulheres estejam em espaços de tomada de decisão, em espaços de formulação, aprovação e execução de política pública", frisou Teresa Starling.

Mônica Ribeiro corrobora que a presença de mais mulheres nos espaços de decisão pode ser uma solução de melhora. "A mulher é pauta central para melhorar o indicador de desempenho de toda a administração pública, inclusive das áreas consideradas 'neutras'. Isso significa incorporar essa perspectiva no planejamento urbano, na mobilidade, no orçamento, na saúde, na educação, na segurança e na formulação de metas de governo", destacou.

Advogada e cientista política, Gabriela Rollemberg é fundadora do projeto Queremos Você Eleita, um laboratório de inovação política que atua de forma suprapartidária com a "tecnologia do afeto" e promove letramento político às mulheres para que elas entendam o voto como

Arquivo pessoal



Eu quero poder saber que, se eu precisar de atendimento médico, vou encontrar um sistema que funcione. Quero ter a tranquilidade de que minha filha vai crescer com acesso a uma educação de qualidade e em um ambiente seguro. Também considero essencial a transparência. Como cidadã, quero entender para onde está indo o dinheiro público e ver resultados concretos.

Ana Clara Caetano, 34 anos, bombeira, moradora da Octogonal



Eu espero que os próximos governantes olhem com mais atenção para a saúde pública do DF. Vivemos um verdadeiro caos: falta atendimento adequado, demora excessiva e, muitas vezes, as pessoas acabam sendo tratadas sem o devido respeito e dignidade.

Andreia Trincha Rosa, 37 anos, diarista, moradora de Cidade Ocidental (mas trabalha no DF)



Destaco a urgência de fortalecer a pauta das pessoas com deficiência, especialmente das pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Além disso, é indispensável que áreas estruturantes como saúde, educação, segurança e trabalho sejam tratadas com seriedade e planejamento, garantindo inclusão real e oportunidades equitativas.

Juliana Lemos, 40 anos, advogada, moradora do Park Way



Eu espero compromisso com a vida das pessoas. Com investimento contínuo, valorização dos profissionais, uma gestão sem favorecimentos políticos, compromisso com a ciência e com a saúde pública. Desejo ver menos discurso, menos propaganda e mais trabalho para que a população tenha mais acesso à saúde.

Lilian Barros, 47 anos, nutricionista da rede pública, moradora da Asa Norte



Os novos governantes devem revisar a operacionalização das creches, atender demandas de professores e assistentes sociais, instituir o curso de Relações étnico-raciais no acesso e na reciclagem de concursados, e melhorar iluminação nas áreas externas das estações do metrô.

Thânisia Cruz, 34 anos, educadora, moradora de Taguatinga

Leo Bahia



O próximo governo não pode tratar políticas públicas como mercadorias, com interesses próprios ou de poucos grupos. Espero, no sentido de esperar, que a população seja, de fato, ouvida e que haja um objetivo comprometido com a igualdade de acesso a direitos para todas as pessoas.

Jemima Tavares, 34 anos, doutoranda em artes cênicas, moradora da Asa Sul



Espero que os próximos governantes promovam uma participação feminina efetiva nas tomadas de decisão. Espero políticas públicas que olhem para a mulher de forma integral. Também espero um compromisso com a segurança pública e com o fortalecimento das instituições. Além disso, espero ações governamentais em relação à população em situação de rua.

Ariadne Lucas, 32 anos, servidora pública, moradora do Guará



É urgente a implementação de uma gestão mais eficiente, transparente e descentralizada dos recursos públicos destinados à cultura, além de simplificar, qualificar e aumentar a agilidade nos repasses para mecanismos de fomento. É preciso um compromisso concreto com uma política cultural e educacional que trata a cultura como direito, e não como eventualidade.

Aline Dantas, 40 anos, artista visual e produtora cultural, moradora de Sobradinho



Espero dos futuros gestores foco na saúde pública, uma área sensível. Espero também estabilidade política e ministrativa e uma boa gestão das contas públicas. Além disso, espero uma atenção à saúde financeira do BRB, que sofreu muitos prejuízos.

Odívania Sales, 56 anos, assistente administrativa, moradora de Planaltina

Luiz Francisco



É preciso criar mais leis que favoreçam as mulheres, em todos os aspectos, principalmente na questão da segurança pública. Quem pega transporte público, por exemplo, fica muito vulnerável à criminalidade. É preciso ações e políticas públicas que protejam as mulheres da violência.

Thayla Gonçalves, 18 anos, universitária, moradora de Ceilândia

Representatividade na capital do país

A Câmara Legislativa do Distrito Federal conta, atualmente, com quatro deputadas distritais:

- » Dayse Amarílio (PSB)
- » Jaqueline Silva (MDB)
- » Doutora Jane (MDB)
- » Paula Belmonte (Cidadania)

» No comando do governo do Distrito Federal, está, desde 29 de março, a governadora Celina Leão (PP).

Já na Câmara dos Deputados, são duas:

- » Bia Kicis (PL)
- » Erika Kokay (PT)

No Senado Federal, também são duas:

- » Leila Barros (PDT), atual líder da Bancada Feminina no Senado.
- » Damare Alves (Republicanos)

ferramenta de poder. "O projeto capacita a mulher para deixar de ser uma espectadora passiva e se tornar uma fiscal ativa dos nossos representantes", explicou. "A mulher precisa deixar de ser uma espectadora passiva e se tornar uma fiscal ativa dos

nossos representantes. Tudo é política, e entender essa engrenagem permite transitar da indignação para a ação e incidência real", analisou.

"As mulheres ocupam apenas 18% das cadeiras na Câmara Federal. É fundamental ressaltar que

representatividade não é apenas sobre estar lá, é sobre resultado e eficiência. As mulheres entregam 50% da produção legislativa", destacou Gabriela.

Ela acredita que, para as políticas públicas que contemplem as

mulheres serem priorizadas, é necessária uma maior participação feminina na política. "O que falta são mais mulheres com a caneta na mão, participando das mesas onde o futuro do país é decidido. No entanto, é preciso encarar que

a política ainda é um ambiente tóxico e violento. A sub-representação feminina não decorre de falta de interesse, mas de um sistema que coloca em risco a própria existência física e a saúde mental das mulheres", provocou.